



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

MANHÃ

## ANALISTA JUDICIÁRIO - CONTABILIDADE

PROVA ESCRITA OBJETIVA E DISCURSIVA – ANALISTA JUDICIÁRIO – NÍVEL SUPERIOR

TIPO 1 – BRANCA



### SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo 60 questões objetivas e 2 questões discursivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas
- uma folha de textos definitivos para a transcrição das respostas das questões discursivas



### TEMPO

- **5 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva e para a transcrição das respostas das questões discursivas para a folha de textos definitivos
- **3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



### NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



### INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira a cor, o tipo e o cargo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cor, tipo ou cargo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva e das questões discursivas é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas e da folha de textos definitivos em caso de erro
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva e as transcrições para a folha de textos definitivos
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

**Boa sorte!**



## LÍNGUA PORTUGUESA

1

“Justiça é consciência, não uma consciência pessoal, mas a consciência de toda a humanidade. Aqueles que reconhecem claramente a voz de suas próprias consciências normalmente reconhecem também a voz da justiça.” (Alexander Solzhenitsyn)

A afirmação que está de acordo com a estruturação e a significação desse pensamento é:

- (A) a conjunção “mas” mostra uma oposição entre “consciência” e “consciência de toda a humanidade”;
- (B) ao dizer que justiça é a consciência de toda a humanidade, o autor mostra uma marca da justiça: a imparcialidade;
- (C) o segmento “não uma consciência pessoal” corrige o erro do emprego do termo “consciência” no trecho anterior;
- (D) o segundo período amplia a informação do texto, uma espécie de consequência da afirmação anterior;
- (E) o termo “normalmente” indica que o processo de reconhecimento ocorre de forma particular em cada cidadão.

2

“Quando se julga por indução e sem o necessário conhecimento dos fatos, às vezes chega-se a ser injusto até mesmo com os malfeitores.”

O raciocínio abaixo que deve ser considerado como indutivo é:

- (A) Os funcionários públicos folgam amanhã, por isso meu marido ficará em casa;
- (B) Todos os juízes procuram julgar corretamente, por isso é o que ele também procura;
- (C) Nos dias de semana os mercados abrem, por isso deixarei para comprar isso amanhã;
- (D) No inverno, chove todos os dias, por isso vou comprar um guarda-chuva;
- (E) Ontem nevou bastante, por isso as estradas devem estar intransitáveis.

3

“Todos aqueles que devem deliberar sobre quaisquer questões devem manter-se imunes ao ódio e à simpatia, à ira e ao sentimentalismo.”

Tratando-se de um pensamento dirigido àqueles que julgam, o seu autor recomenda que eles:

- (A) pratiquem a caridade em relação ao próximo;
- (B) deixem de lado, no julgamento, questões pessoais;
- (C) não abandonem o sentimento ao julgarem;
- (D) considerem sempre a realidade do próximo;
- (E) privilegiem sempre a verdade.

4

Chegaram todos atrasados; além disso, não trouxeram as encomendas.

Nessa frase, aparece o conector “além disso” com valor de adição; a frase abaixo em que NÃO há um conector do mesmo valor aditivo é:

- (A) Além de usar máscara, os passageiros dos ônibus deviam estar mais separados uns dos outros;
- (B) Ainda por cima, as pessoas parecem considerar que a pandemia já acabou;
- (C) Corria o risco de contrair a doença e mesmo assim não se importava;
- (D) Nem a máscara nem o álcool protegem integralmente contra a Covid;
- (E) Não só a pandemia não terminou, como também novas cepas são esperadas.

5

“A arte de interrogar não é tão fácil como se pensa. É mais uma arte de mestres do que discípulos; é preciso já ter aprendido muitas coisas para saber perguntar o que não se sabe.”

A frase abaixo que mostra uma interrogação, ainda que indireta, é:

- (A) Sei o porquê de ele ter chegado atrasado;
- (B) Vi quando o táxi capotou;
- (C) Desconheço onde ele mora;
- (D) Vi como ela fez isso;
- (E) Queria conhecer todas as respostas.

6

“E da minha fidelidade não se deveria duvidar; pois, tendo-a sempre observado, não devo aprender a rompê-la agora; e quem foi fiel e bom por quarenta e três anos, como eu, não deve poder mudar de natureza: da minha fidelidade e da minha bondade é testemunha a minha pobreza.”

Nesse pensamento, o autor utiliza os adjetivos “fiel e bom” e, em seguida, os substantivos correspondentes “fidelidade” e “bondade”.

A opção abaixo em que os dois adjetivos citados mostram substantivos adequados é:

- (A) sensato e esperto / sensatez e esperteza;
- (B) claro e escuro / clareza e escuridão;
- (C) alto e gordo / altura e magrura;
- (D) fundo e profundo / fundeza e profundeza;
- (E) liso e áspero / lisibilidade e asperidade.

7

“Não há nada que demonstre tão bem a grandeza e a potência da inteligência humana, nem a superioridade e a nobreza do homem, como o fato de ele poder conhecer, compreender por completo e sentir fortemente a sua pequenez.”

Os termos desse pensamento mostram paralelismo perfeito nos seguintes segmentos:

- (A) “Não há nada” / “como o fato”;
- (B) “que demonstre” / “de ele poder conhecer”;
- (C) “a grandeza e a potência da inteligência humana” / “a superioridade e a nobreza do homem”;
- (D) “poder conhecer” / “compreender por completo”;
- (E) “como o fato de ele poder conhecer” / “compreender por completo e sentir fortemente”.

**8**

“A liberdade, como a vida, só a merece quem deve conquistá-la a cada dia!”

Essa frase exemplifica um caso de linguagem figurada que é um(a):

- (A) pleonasma, com a repetição da palavra “liberdade” por meio do pronome pessoal em “a merece”;
- (B) hipóbole, com a expressão “deve conquistá-la a cada dia”, já que indica um exagero;
- (C) eclipse do termo “liberdade” no segmento “só a merece quem deve conquistá-la”;
- (D) ironia na comparação “como a vida”, igualando duas realidades muito diferentes: a liberdade e a vida;
- (E) anacoluto com o termo inicial “liberdade”, já que ele não mostra continuidade sintática na frase.

**9**

“Os regimes que reprimem a liberdade da palavra, por se incomodarem com a liberdade que ela difunde, fazem como as crianças que fecham os olhos para não serem vistas.”

Sobre esse pensamento, é correto afirmar que:

- (A) o segmento “que reprimem a liberdade da palavra” explica o termo anterior;
- (B) o termo “da palavra” marca o paciente de “liberdade”;
- (C) “por se incomodarem com a liberdade que ela difunde” indica a consequência da repressão da liberdade da palavra;
- (D) a comparação com as crianças marca uma atitude infantil dos regimes citados;
- (E) “que fecham os olhos para não serem vistas” mostra uma ação claramente irracional.

**10**

“Também leio livros, muitos livros: mas com eles aprendo menos do que com a vida. Apenas um livro me ensinou muito: o dicionário. Oh, o dicionário, adoro-o. Mas também adoro a estrada, um dicionário muito mais maravilhoso.”

Depreende-se desse pensamento que seu autor:

- (A) nada aprende com os livros, com exceção do dicionário;
- (B) deve tudo que conhece ao dicionário;
- (C) adquire conhecimentos com as viagens que realiza;
- (D) conhece o mundo por meio da experiência de vida;
- (E) constatou que os dicionários registram o melhor da vida.

## NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO E DE DIREITO CONSTITUCIONAL

**11**

O prefeito do Município Alfa decidiu promover uma ampla reestruturação da Administração pública indireta. Para tanto, decidiu que fosse elaborado um estudo preliminar, de modo a delinear os contornos gerais de: (1) duas entidades com personalidade jurídica própria, para a execução dos serviços públicos de limpeza urbana e de administração de cemitérios públicos; e (2) de órgãos específicos, a serem criados no âmbito da Secretaria de Saúde e da Secretaria de Ordem Pública, de modo a aumentar a especialização e, conseqüentemente, o nível de eficiência estatal.

É correto afirmar que:

- (A) em (1) são mencionados exemplos de descentralização administrativa por especificação e em (2) de descentralização administrativa por serviços;
- (B) em (1) são mencionados exemplos de desconcentração administrativa por especificação e em (2) de desconcentração administrativa por serviços;
- (C) em (1) são mencionados exemplos de descentralização administrativa por serviços e em (2) de desconcentração administrativa;
- (D) em (1) são mencionados exemplos de desestatização por serviços e em (2) de descentralização administrativa por eficiência;
- (E) em (1) são mencionados exemplos de desestatização por serviços e em (2) de estatização por padrão de eficiência.

**12**

Maria, servidora pública federal, foi aposentada por incapacidade permanente. Após algum tempo, junta médica oficial declarou insubsistentes os motivos da aposentadoria.

Como Maria estava plenamente apta ao exercício das funções que sempre desempenhou, deve ocorrer o(a) seu/sua:

- (A) aproveitamento;
- (B) reintegração;
- (C) readaptação;
- (D) recondução;
- (E) reversão.

**13**

Joana, jovem e renomada escritora de livros infantis, faleceu. O mais velho dos seus herdeiros, com 18 anos de idade, preocupado com a situação dos livros, que geravam uma elevada renda para Joana, questionou um advogado a respeito da proteção constitucional oferecida a direitos dessa natureza.

O advogado respondeu, corretamente, que o direito de utilização, publicação ou reprodução das obras de Joana pertence:

- (A) de modo exclusivo e em caráter perpétuo, aos herdeiros;
- (B) de modo exclusivo e pelo tempo que a lei fixar, aos herdeiros;
- (C) ao poder público, não aos herdeiros, que têm assegurado o direito de participação nos lucros obtidos;
- (D) ao público em geral, não aos herdeiros, que têm assegurado o direito de participação nos lucros obtidos;
- (E) aos herdeiros, ao poder público e ao público em geral, assegurando-se aos primeiros o direito de participação nos lucros.

**14**

A Lei federal nº XX impôs a todos os cidadãos determinada obrigação de caráter cívico, a ser cumprida em certos períodos por aqueles que fossem sorteados. João, em razão de suas convicções políticas, decidiu que não iria cumprir a obrigação.

À luz da sistemática constitucional, João:

- (A) não poderá sofrer consequência desfavorável, por ter exercido plenamente a sua liberdade de consciência, que não pode ser afrontada pelo poder público, sob pena de violação à dignidade da pessoa humana;
- (B) preservará o direito de votar, mas ficará inelegível, consequência que será afastada caso cumpra a prestação alternativa fixada em lei;
- (C) deverá cumprir a prestação alternativa fixada em lei e, caso se recuse, terá a cidadania suspensa em suas acepções ativa e passiva;
- (D) terá os direitos políticos suspensos, os quais serão restabelecidos caso cumpra a prestação alternativa fixada em lei;
- (E) deverá cumprir a prestação alternativa fixada em lei e, caso se recuse, ficará inelegível.

**15**

Após grande mobilização dos servidores públicos do Estado Alfa, foi promulgada a Lei estadual nº XX. De acordo com esse diploma normativo, os servidores públicos, titulares de cargos de provimento efetivo, que ocupassem cargos em comissão por um período mínimo de oito anos consecutivos, fariam jus à incorporação do respectivo valor à remuneração do cargo efetivo.

Irresignado com o teor da Lei estadual nº XX, o governador do Estado solicitou que fosse analisada a sua compatibilidade com a ordem constitucional, concluindo-se, corretamente, que esse diploma normativo é:

- (A) inconstitucional, pois é vedada a incorporação de vantagens vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo;
- (B) inconstitucional, pois a não extensão do benefício da incorporação às vantagens vinculadas ao exercício de função de confiança caracteriza distinção arbitrária;
- (C) inconstitucional, pois somente as vantagens vinculadas ao exercício de função de confiança podem ser incorporadas à remuneração do cargo efetivo;
- (D) constitucional, desde que seja assegurada a incorporação proporcional da vantagem caso os oito anos consecutivos não sejam integralizados;
- (E) constitucional, pois a incorporação das vantagens recebidas pelo servidor público por longos períodos é um imperativo de segurança jurídica.

## ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO, REGIMENTO INTERNO E LEI DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

### 16

João, servidor público federal ocupante de cargo efetivo, no exercício das funções, opôs resistência injustificada ao andamento de documento e processo.

De acordo com o regime jurídico disciplinar da Lei nº 8.112/1990, que lhe é aplicável, observadas as cautelas procedimentais legais, em tese, João, que até então nunca havia praticado qualquer infração funcional, está sujeito à sanção de:

- (A) advertência, que terá seu registro cancelado, após o decurso de três anos de efetivo exercício, se João não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar;
- (B) suspensão, que terá seu registro cancelado, após o decurso de três anos de efetivo exercício, se João não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar;
- (C) suspensão, que terá seu registro cancelado, após o decurso de cinco anos de efetivo exercício, se João não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar;
- (D) demissão, que terá seu registro cancelado, após o decurso de três anos de efetivo exercício, se João não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar;
- (E) demissão, que terá seu registro cancelado, após o decurso de cinco anos de efetivo exercício, se João não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

### 17

Em matéria de composição do primeiro grau de jurisdição no Distrito Federal, de acordo com a Lei nº 11.697/2008, que dispõe sobre a Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios:

- (A) a Magistratura de primeiro grau do Distrito Federal compõe-se apenas de juízes de direito;
- (B) o Tribunal de Justiça não poderá remanejar Varas dentre as Circunscrições Judiciárias;
- (C) a especialização de Varas ocorre após votação dos juízes de primeiro grau e mediante estudo técnico;
- (D) a especialização de Varas é ato privativo do presidente do Tribunal, sendo desnecessário estudo técnico;
- (E) o Tribunal de Justiça poderá utilizar, como critério para criação de novas Circunscrições Judiciárias, as Regiões Administrativas do Distrito Federal, mediante Resolução.

### 18

De acordo com o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, dar posse aos servidores do quadro do Tribunal de Justiça e àqueles investidos em cargo em comissão é atribuição administrativa do:

- (A) presidente do Tribunal;
- (B) governador do Estado;
- (C) primeiro vice-presidente do Tribunal;
- (D) corregedor do Tribunal;
- (E) secretário de Estado de Administração.

### 19

A Lei nº 11.697/2008, que dispõe sobre a Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios, estabelece que aos juízes de direito cabe, além de processar e julgar os feitos de sua competência:

- (A) inspecionar os serviços cartorários, informando, mensalmente, ao corregedor o resultado das inspeções;
- (B) nomear servidores para cargo em comissão e função de confiança na respectiva Secretaria;
- (C) conceder a delegação para o exercício da atividade notarial e de registro, bem como extingui-la, na respectiva comarca;
- (D) aplicar aos servidores que lhes sejam subordinados penalidades disciplinares que não excedam a trinta dias de suspensão;
- (E) regular a atividade do depositário público, dispondo sobre as formas de controle dos bens em depósito, bem como as atividades dos contadores-partidores e distribuidores.

### 20

No âmbito do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, tramita ação que tem por objeto a declaração de ilegalidade de greve de servidores distritais não regidos pela legislação trabalhista.

Consoante dispõe o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, o processo e julgamento de ações como a mencionada compete:

- (A) ao Conselho Especial;
- (B) à Câmara de Uniformização;
- (C) ao presidente do Tribunal;
- (D) às Turmas Cíveis;
- (E) às Câmaras Cíveis.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21

Diante de cenário de redução de receitas e aumento dos prazos de recebimento, uma entidade precisou recorrer a uma instituição financeira para poder honrar compromissos de curto prazo.

A entidade obteve um empréstimo no valor de R\$ 50.000,00, com taxa de juros inferior à praticada no mercado, cujo pagamento se daria em duas parcelas, com vencimento em 12 e 24 meses da data da transação, ocorrida em 01/07/20x1.

Considerando as informações fornecidas, é correto afirmar que:

- (A) ao final do exercício de 20x1, o montante do empréstimo contraído deve constar no Passivo Não Circulante;
- (B) não há impacto no montante do Ativo Circulante no exercício de 20x1;
- (C) o índice de liquidez seca da entidade apresentou redução no final do exercício de 20x1;
- (D) o patrimônio líquido tende a não ser impactado com a transação;
- (E) os juros envolvidos na operação devem ser reconhecidos por competência.

22

Uma determinada entidade opera em um mercado com significativa variação dos preços dos materiais adquiridos para estoque e posterior comercialização. No mercado em que a entidade opera, a tendência é de aumento frequente nos preços.

Considerando esse cenário, ao ser consultado pelo diretor-presidente da entidade sobre os efeitos dos diferentes critérios de controle de estoques, o contador afirmou, corretamente, que:

- (A) o método do custo médio ponderado tende a reduzir o custo das vendas;
- (B) o método PEPS tende a gerar menor custo das mercadorias vendidas;
- (C) o método PEPS tende a gerar menor saldo de estoques;
- (D) o método UEPS tende a gerar maior saldo de estoques;
- (E) os métodos de controle de estoque não influenciam no resultado das vendas.

23

As características qualitativas da informação financeira útil identificam os tipos de informações que tendem a ser mais úteis a investidores e credores para que tomem decisões sobre a entidade.

A tratar de tais características, o texto da Estrutura Conceitual afirma que:

- (A) a representação neutra da informação contábil reduz a capacidade de julgamento dos usuários;
- (B) a utilidade das informações financeiras é aumentada se elas forem materiais;
- (C) o custo é uma restrição generalizada sobre a capacidade da entidade de fornecer informações financeiras úteis;
- (D) o valor confirmatório é um atributo das informações financeiras quando elas são compreensíveis;
- (E) o valor preditivo é um atributo das informações financeiras quando elas são tempestivas.

24

Na perspectiva da Demonstração dos Fluxos de Caixa, os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

Quanto a esse componente, o Pronunciamento CPC 03 dispõe que:

- (A) a gestão de caixa desconsidera o investimento do excesso de caixa em equivalentes de caixa;
- (B) há circunstâncias em que saldos bancários a descoberto são incluídos como componente de caixa e equivalentes de caixa;
- (C) um investimento normalmente deve ser enquadrado como equivalente de caixa se for resgatável a partir de noventa dias;
- (D) o risco de mudança de valor é um fator secundário na qualificação de um investimento como equivalente de caixa;
- (E) investimentos em instrumentos patrimoniais são considerados como equivalentes de caixa se forem resgatáveis no curto prazo.

Caso I:

No primeiro trimestre de um exercício financeiro, um ente público recebeu uma notificação de abertura de processo judicial, no qual foi requerida uma indenização por danos causados a um grupo empresarial em decorrência de erros no processamento de informações tributárias em exercícios anteriores. A indenização requerida foi de R\$ 100.000,00. Após análise dos documentos processuais, a assessoria jurídica avaliou que é provável que o ente tenha que pagar a indenização, mas ainda não dispunha de elementos suficientes para uma mensuração confiável.

25

Considerando os elementos apresentados no Caso I e as disposições do Pronunciamento CPC 25, em suas demonstrações contábeis do período em referência, o ente público deve:

- (A) aguardar o julgamento final da ação;
- (B) registrar uma reserva de contingência de R\$ 100.000,00;
- (C) se eximir de divulgar o caso, por falta de materialidade;
- (D) tratar o caso como passivo contingente;
- (E) tratar o caso como uma provisão.

26

Considere que a notificação de abertura de processo judicial abordada no Caso I foi recebida em 31 de março de 20x1. As demonstrações contábeis de 20x0 do ente foram concluídas no dia 03 de março de 20x1. Após análise do gestor e sua equipe, foram autorizadas em 19 de março de 20x1 e enviadas ao respectivo órgão de controle em 02 de abril do mesmo exercício. Em 01 de maio de 20x1, o órgão de controle divulgou parecer sobre as demonstrações contábeis.

A partir dessas informações e das disposições do CPC 24 - Evento Subsequente, a notificação de abertura de processo judicial:

- (A) deve ser objeto de apontamento no parecer do órgão de controle;
- (B) é um evento subsequente que gera ajustes nas demonstrações contábeis;
- (C) é um evento subsequente que não gera ajustes nas demonstrações contábeis;
- (D) implica a necessidade de retificação de erro de exercícios anteriores;
- (E) não atende ao conceito de evento subsequente.

A Cia. Alfa é detentora de 70% do capital da Cia. Beta. No último exercício financeiro, a Cia. Beta vendeu R\$ 1.200,00 para a Cia. Alfa, a qual mantém 50% das compras feitas junto à Cia. Beta em seus estoques. As duas entidades acordaram que as vendas intercompanhias seriam realizadas com um lucro de 30% sobre o valor das vendas.

Os saldos do Balanço Patrimonial de ambas estão apresentados a seguir.

Quadro I

Balanço Patrimonial	Cia. Alfa	Cia. Beta
<b>ATIVO</b>		
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>R\$ 4.310,00</b>	<b>R\$ 2.280,00</b>
Caixa e equivalentes	R\$ 1.100,00	R\$ 640,00
Clientes	R\$ 1.960,00	R\$ 1.120,00
Estoques	R\$ 980,00	R\$ 520,00
Despesas antecipadas	R\$ 270,00	R\$-
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>R\$ 13.690,00</b>	<b>R\$ 5.320,00</b>
Ativo Realizável a longo prazo	R\$ 1.850,00	R\$ 790,00
Investimentos	R\$ 3.640,00	R\$ 1.000,00
Imobilizado	R\$ 6.200,00	R\$ 3.100,00
Intangível	R\$ 2.000,00	R\$ 430,00
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>R\$ 18.000,00</b>	<b>R\$ 7.600,00</b>
<b>PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>R\$ 5.560,00</b>	<b>R\$ 1.640,00</b>
Fornecedores	R\$ 2.160,00	R\$ 720,00
Obrigações tributárias	R\$ 1.650,00	R\$ 490,00
Empréstimos	R\$ 1.750,00	R\$ 250,00
Resultados a realizar	R\$ -	R\$ 180,00
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>R\$3.940,00</b>	<b>R\$ 760,00</b>
Empréstimos	R\$ 1.940,00	R\$ 760,00
Financiamentos	R\$ 2.000,00	R\$-
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>R\$ 8.500,00</b>	<b>R\$ 5.200,00</b>
Capital social e Reservas	R\$ 8.500,00	R\$ 5.200,00
<b>TOTAL DO PASSIVO + PL</b>	<b>R\$ 18.000,00</b>	<b>R\$ 7.600,00</b>

27

Após os ajustes de consolidação (Quadro I), o saldo de estoque consolidado é de:

- (A) R\$ 720,00;
- (B) R\$ 900,00;
- (C) R\$ 1.320,00;
- (D) R\$ 1.500,00;
- (E) R\$ 1.680,00.

28

Após os procedimentos de consolidação dos balanços das companhias Alfa e Beta (Quadro I), foi apurado que o indicador de Imobilização dos Recursos Não Correntes alcançou o valor de:

- (A) 0,75;
- (B) 0,86;
- (C) 1,04;
- (D) 1,11;
- (E) 1,29.

29

No contexto da Estrutura Conceitual para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas entidades do setor público, a mensuração está relacionada à seleção de bases que reflitam de modo mais adequado as informações que sejam úteis para a prestação de contas e a tomada de decisão.

Caso uma entidade deseje mensurar um ativo a partir de uma base a valor corrente, ela deve observar que:

- (A) a base de mensuração mais recomendada é o valor de mercado;
- (B) a mensuração a valor corrente deve refletir o ambiente econômico vigente;
- (C) a opções de mensuração são valor em uso e preço líquido de venda;
- (D) na aquisição, o valor de mercado e o custo histórico são os mesmos, se for uma transação sem contraprestação;
- (E) o valor justo deve ser adotado somente se for um ativo intangível ou financeiro.

30

Uma das inovações da NBC TSP Estrutura Conceitual se refere às diretrizes para apresentação do Relatório Contábil de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPG). Acerca das disposições relativas ao RCPG, analise os itens a seguir.

I. As demonstrações contábeis não evidenciam de modo abrangente o desempenho dos serviços da entidade.

II. O RCPG compreende um relatório único, que abrange mais diretamente os objetivos de prestação de contas e tomada de decisão.

III. O RCPG pode fornecer informação relevante adicional às demonstrações contábeis, tais como sobre avaliações do desempenho dos serviços da entidade.

Estão de acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual somente os itens:

- (A) I;
- (B) II;
- (C) III;
- (D) I e III;
- (E) II e III.



**31**

Um contador que atuava na seção de controle patrimonial do departamento de contabilidade de uma entidade pública propôs que um conjunto de equipamentos registrados no Ativo Imobilizado fosse baixado do patrimônio, por serem considerados inservíveis para a entidade.

À luz dos conceitos relativos aos elementos das demonstrações contábeis, a proposta do contador está equivocada porque:

- (A) o conjunto de equipamentos é de propriedade legal da entidade;
- (B) o conjunto de equipamentos pode gerar obrigações onerosas à entidade;
- (C) o potencial de alienação dos equipamentos é um evento contingente;
- (D) o potencial de serviços dos equipamentos deve ser desconsiderado;
- (E) os equipamentos podem ter capacidade de gerar benefícios econômicos.

**32**

Na área de contabilidade, reconhecimento é o processo de incorporar e de incluir um item, expresso em valores a serem demonstrados no corpo da demonstração contábil apropriada.

Quando se trata de reconhecimento de obrigações, um aspecto a ser considerado é que:

- (A) obrigações não legalmente vinculadas devem ser mensuradas com base no custo de liberação;
- (B) obrigações vinculadas sempre decorrem de transações com contraprestação;
- (C) transações que dão origem à obrigação devem ter prazos de liquidação;
- (D) uma obrigação deve estar relacionada a terceiros para poder gerar um passivo;
- (E) um compromisso político eleitoral é um indicativo para reconhecimento de uma obrigação não vinculada.

Considere as informações sintéticas do Balanço Orçamentário de uma entidade pública relativas ao exercício financeiro de 20x1 apresentadas no Quadro II a seguir, com valores expressos em milhões de reais.

Quadro II

Receitas Orçamentárias	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo
Receitas Correntes	3.320,00	3.455,00	3.415,00	
Receitas de Capital	151,00	151,00	74,00	
<b>Sub-Total das Receitas</b>	<b>3.471,00</b>	<b>3.606,00</b>	<b>3.489,00</b>	

Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo da Dotação
Despesas Correntes	2.795,00	3.490,00	3.220,00	3.030,00	2.920,00	
Despesas de Capital	470,00	540,00	390,00	357,00	340,00	
<b>Sub-Total das Despesas</b>	<b>3.265,00</b>	<b>4.030,00</b>	<b>3.610,00</b>	<b>3.387,00</b>	<b>3.260,00</b>	

**33**

De acordo com a estrutura do Balanço Orçamentário constante na 9ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) no Quadro II, o valor da coluna do saldo do sub-total de receitas orçamentárias é dado pelo(a):

- (A) diferença entre previsão inicial e receitas realizadas;
- (B) diferença entre previsão atualizada e receitas realizadas;
- (C) diferença entre receitas realizadas e despesas pagas;
- (D) valor do saldo em caixa ao final do exercício;
- (E) variação no saldo de caixa entre o início e o final do exercício.

**34**

Ao avaliar a configuração das despesas orçamentárias do Balanço Orçamentário apresentado no Quadro II, é correto afirmar que:

- (A) a arrecadação corrente não foi suficiente para destinar recursos ao orçamento de capital;
- (B) a execução do orçamento de capital atendeu ao que foi inicialmente planejado;
- (C) a inscrição em restos a pagar do exercício será restrita às despesas liquidadas;
- (D) as alterações orçamentárias foram mais relevantes no contexto do orçamento corrente;
- (E) as despesas não foram pagas integralmente por causa do nível de frustração na arrecadação.

**35**

O Balanço Financeiro (BF) é um demonstrativo previsto na Lei nº 4.320/1964, mas cuja estrutura e nomenclatura vêm sendo atualizadas pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

Ao elaborar o BF de uma entidade pública ao final de um exercício, um contador deve considerar que:

- (A) a apuração de um resultado financeiro negativo pode decorrer de uma redução no endividamento;
- (B) apenas as classes do PCASP relativas à informação de natureza patrimonial são utilizadas;
- (C) as receitas orçamentárias no BF serão apresentadas pelos seus valores brutos, sem quaisquer deduções;
- (D) o superávit financeiro apurado poderá servir de fonte para alterações nos créditos orçamentários;
- (E) os ingressos e dispêndios extraorçamentários deverão ser segregados em ordinários e vinculados.

**36**

Para atender os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, a estrutura do Balanço Patrimonial apresentada no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) acrescentou quadros e informações que devem acompanhar o quadro principal do Balanço Patrimonial.

Sobre o tema, analise os itens a seguir.

- I. Quadro de notas explicativas
- II. Quadro das contas de compensação
- III. Quadro do superávit / déficit financeiro
- IV. Quadro dos ativos e passivos financeiros e permanentes

Os itens definidos pelo MCASP para tal finalidade são somente:

- (A) I e II;
- (B) I e III;
- (C) III e IV;
- (D) I, II e IV;
- (E) II, III e IV.

**37**

Nos termos da Lei nº 4.320/1964, a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício. Porém, a NBC TSP11 e o MCASP acrescentam algumas diretrizes para a elaboração dessa demonstração.

Dentre as opções a seguir, a única que está alinhada com as diretrizes do MCASP é:

- (A) a adoção do método da natureza na apresentação das variações patrimoniais diminutivas é facultativa para todos os entes;
- (B) a DVP será elaborada a partir das classes 1, 2, 3 e 4 do PCASP relativas a informação de natureza patrimonial;
- (C) contas intraorçamentárias devem ser excluídas para fins de consolidação das demonstrações contábeis no âmbito de cada ente;
- (D) itens de variações patrimoniais aumentativas e diminutivas devem ser compensados se resultarem em informação mais relevante;
- (E) o método da função é uma alternativa para apresentação das variações patrimoniais aumentativas e diminutivas.

**38**

Considere as informações no Quadro III a seguir, com valores expressos em milhões de reais, extraídas da execução orçamentária de uma entidade pública ao final de um exercício financeiro.

Quadro III

Item	Valor
Alienação de bens	280,00
Amortização da dívida	250,00
Amortização de empréstimos concedidos	190,00
Aquisição de ativo não circulante	460,00
Concessão de empréstimos	180,00
Juros e encargos da dívida	1.310,00
Operações de crédito	1.100,00
Pessoal e demais despesas	2.300,00
Receita de Contribuições	1.300,00
Receita de Serviços	250,00
Receita Patrimonial	300,00
Receita Tributária	1.800,00
Remuneração das Disponibilidades	500,00
Transferências concedidas	370,00
Transferências recebidas	1.630,00

A partir desses dados, o fluxo de caixa líquido das atividades de investimento a ser apresentado na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) da entidade, em milhões de reais, é de:

- (A) -R\$ 640,00;
- (B) -R\$ 420,00;
- (C) -R\$ 170,00;
- (D) R\$ 130,00;
- (E) R\$ 470,00.

**39**

De acordo com as regras do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), a doação de bem imóvel registrado no patrimônio da União para um Estado da Federação deve ter o seguinte lançamento contábil no ente doador:

- (A) D 3.5.2.3.4.xx.xx Transferências Voluntárias – Inter OFSS – Estado  
C 1.2.3.2.1.xx.xx Bens Imóveis – Consolidação
- (B) D 1.2.3.2.1.xx.xx Bens Imóveis – Consolidação  
C 4.5.2.3.3.xx.xx Transferências Voluntárias – Inter OFSS – União
- (C) D 3.3.2.3.1.xx.xx Transferências Voluntárias  
C 2.1.3.1.1.xx.xx Bens Imóveis – Consolidação
- (D) D 3.5.1.2.2.xx.xx Transferências Concedidas – Intra OFSS  
C 1.2.3.2.1.xx.xx Bens Imóveis – Consolidação
- (E) D 1.2.3.2.1.xx.xx Bens Imóveis – Consolidação  
C 4.5.1.2.2.xx.xx Transferências Recebidas – Intra OFSS

**40**

Um servidor do setor de informática de um ente público estava organizando os anexos do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) do último bimestre do exercício para publicação no portal da transparência do ente.

Após a publicação dos anexos do RREO, foi detectado que o servidor cometeu um equívoco ao incluir um anexo em que constavam informações sobre:

- (A) parcerias público-privadas;
- (B) restos a pagar por poder e órgão;
- (C) receitas e despesas previdenciárias;
- (D) estimativa e compensação da renúncia de receita;
- (E) receita de alienação de ativos e aplicação dos recursos.

**41**

Um dos anexos do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) se refere ao Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida.

Ao elaborar esse demonstrativo, quanto à apuração da dívida consolidada, um item que NÃO deve ser incluído na apuração é o montante relativo a:

- (A) renegociação de dívidas;
- (B) parcelamento de dívidas;
- (C) financiamentos externos;
- (D) dívida mobiliária e contratual;
- (E) apropriação de depósitos judiciais.

**42**

Após a implantação de um novo sistema de controle contábil, uma entidade pública registrou uma variação anormal no custo dos seus estoques. Após uma análise criteriosa nos parâmetros do sistema, foi detectado que um item estava sendo equivocadamente contabilizado no custo dos estoques.

Tal item se refere a gastos com:

- (A) manuseio;
- (B) contratação de seguro;
- (C) impostos de importação;
- (D) tributos não recuperáveis;
- (E) armazenagem e comercialização.

**43**

Tendo em vista a melhor distribuição da receita pública entre os entes para consecução de suas obrigações legais, a Constituição da República de 1988 estabeleceu que o produto da arrecadação tributária fosse redistribuído por meio da repartição tributária, segundo as regras e parâmetros por ela estabelecidos. Nesse contexto, um ente público confirmou a ocorrência do fato gerador de uma receita de natureza tributária no valor de R\$ 10.000,00, porém, por força de lei, ele precisa transferir a outro ente 25% dessa receita.

No momento do lançamento dessa receita, o ente:

- (A) recebedor deverá registrar um ativo – créditos a receber em contrapartida de uma VPA pelo valor de R\$ 2.500,00;
- (B) recebedor deverá registrar uma receita orçamentária, de natureza tributária, no valor de R\$ 2.500,00;
- (C) transferidor deverá registrar uma VPA pelo valor de R\$ 7.500,00;
- (D) transferidor deverá registrar a transação de repartição da receita, sob o ponto de vista patrimonial, como uma VPD;
- (E) transferidor deverá registrar um ativo – créditos a receber em contrapartida de uma VPA pelo valor de R\$ 10.000,00.

**44**

A Lei nº 4.320/1964 estabelece a vinculação da despesa orçamentária a determinado exercício financeiro quando dispõe que “as despesas nele legalmente empenhadas pertencem ao exercício financeiro”.

Entre os desdobramentos do registro de uma informação de natureza orçamentária relativa ao empenho de uma despesa está:

- (A) a inscrição do valor empenhado em restos a pagar, após liquidação da despesa;
- (B) o comprometimento de disponibilidades para fins de cálculo do superávit financeiro;
- (C) um registro de Execução da Disponibilidade de Recursos, na classe 6 do PCASP;
- (D) um registro de uma Variação Patrimonial Diminutiva, na classe 3 do PCASP;
- (E) uma redução na margem para abertura de créditos adicionais durante o exercício.

**45**

Com os avanços em termos da adoção de uma efetiva gestão de custos nas entidades da administração pública, o uso dos chamados indicadores de desempenho de custos se tornou mais recorrente.

Os profissionais que atuam na área de gestão de custos devem considerar algumas ponderações quanto à compreensão desses indicadores, entre as quais destaca-se que:

- (A) alterações em produtos ou unidades de medidas das ações não comprometem a análise comparativa temporal;
- (B) avaliações qualitativas são consideradas nos resultados dos indicadores;
- (C) os indicadores baseados nos relatórios de custos são complementares e não devem ser analisados isoladamente;
- (D) os indicadores consideram limitações decorrentes de efeitos de fatores externos sobre o desempenho dos programas governamentais;
- (E) os resultados dos indicadores devem ser apresentados em unidades específicas e não classificados em faixas de atingimento.

**46**

O aprimoramento das práticas orçamentárias contribuiu para a consolidação dos princípios orçamentários como premissas a serem observadas para consistência e confiabilidade do processo orçamentário.

No cenário da administração pública federal, o fato de cada ministério ou órgão equivalente ter seus orçamentos específicos, que são consolidados na proposta de Lei Orçamentária Anual em cada exercício, está alinhado ao princípio da:

- (A) anualidade;
- (B) discriminação;
- (C) exclusividade;
- (D) totalidade;
- (E) transparência.

47

Embora os instrumentos orçamentários no Brasil sejam definidos em seção própria sobre o tema no texto constitucional, a Lei nº 4.320/1964 dispõe sobre regras relativas à elaboração e à execução do orçamento.

Entre essas regras, uma que foi suplantada parcialmente por lei mais recente dispõe que a LOA:

- (A) compreenderá as receitas de operações de crédito legalmente autorizadas;
- (B) indicará as fontes de recursos que o Poder Executivo fica autorizado a utilizar para a cobertura de eventuais déficits;
- (C) não consignará dotações globais destinadas a atender indiferentemente a despesas de custeio, transferências ou quaisquer outras;
- (D) poderá conter autorização para realizar, a qualquer tempo durante o exercício financeiro, operações de crédito por antecipação da receita;
- (E) poderá conter autorização para abertura de créditos adicionais suplementares.

48

Considere as informações do Quadro IV a seguir, com valores expressos em milhares de reais, apuradas ao final do primeiro quadrimestre do exercício de 20x2, relativos a um determinado ente público.

Quadro IV

Descrição	Valor
Créditos adicionais transferidos para 20x2	2.760,00
Créditos extraordinários abertos em 20x2	960,00
Operações de crédito vinculadas aos créditos transferidos	1.000,00
Recursos de anulação parcial de dotações do orçamento de 20x2	630,00
Recursos de excesso de arrecadação em 20x2	750,00
Saldo do Ativo Financeiro 20x1	9.670,00
Saldo do Ativo Permanente 20x1	21.350,00
Saldo do Passivo Financeiro 20x1	3.840,00
Saldo do Passivo Permanente 20x1	8.190,00

Após a apuração dessas informações, o contador do ente foi solicitado a informar o valor do superávit financeiro utilizável como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais. O contador indicou, corretamente, o valor de:

- (A) 3.110,00;
- (B) 4.070,00;
- (C) 4.490,00;
- (D) 4.820,00;
- (E) 5.830,00.

49

No âmbito do orçamento federal, as emendas parlamentares constituem instrumentos que permitem aos deputados e senadores realizarem alterações na proposta da Lei Orçamentária Anual. Tais alterações devem ser feitas em respeito aos parâmetros legalmente previstos.

Um dos parâmetros relacionados às emendas parlamentares de caráter impositivo trata do(a):

- (A) destinação de 50% do montante de emendas de bancada a ações e serviços públicos de saúde, inclusive custeio;
- (B) destinação de 25% do montante de emendas individuais a ações e serviços públicos de saúde;
- (C) condicionamento da execução obrigatória de emendas impositivas à ausência de impedimentos de ordem técnica;
- (D) vinculação de 2,2% da RCL prevista na LOA em se tratando da execução de emendas individuais e de bancada;
- (E) vinculação de 1,2% da RCL realizada no exercício anterior em se tratando da aprovação de emendas individuais.

50

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é um instrumento que integra a perspectiva de planejamento com o orçamento anual, além de contribuir para o acompanhamento da gestão fiscal, com disposições que impactam poderes e órgãos da administração pública. Acerca do conteúdo e alcance desse instrumento, analise os itens a seguir.

I. O aumento de despesa com pessoal dos órgãos e entidades da administração direta e indireta, mantidas pelo poder público, está sujeito à previsão na LDO.

II. Em decorrência da competência constitucional de controle, os parâmetros para remuneração de pessoal no âmbito do Poder Legislativo são fixados em lei própria, e não na LDO.

III. As propostas orçamentárias dos Tribunais de Justiça são elaboradas dentro dos limites estipulados pela LDO.

IV. Devido à sua autonomia e independência funcional, a proposta orçamentária do Ministério Público não está sujeita a parâmetros definidos pela LDO.

Está correto somente o que se afirma em:

- (A) I e III;
- (B) I e IV;
- (C) II e IV;
- (D) I, II e III;
- (E) II, III e IV.

51

Ao tratar da classificação da despesa pública, o Manual Técnico de Orçamento (MTO) destaca as abordagens qualitativa e quantitativa das categorias de programação orçamentária. A primeira está mais associada à definição do programa de trabalho e a segunda foca as dimensões física e financeira da programação orçamentária, e ambas contribuem com elementos analíticos do processo de alocação de recursos.

Das categorias classificatórias da despesa abaixo, a que apresenta um item qualitativo e um quantitativo, respectivamente, é:

- (A) despesas primárias; modalidade de aplicação;
- (B) categoria econômica; unidade orçamentária;
- (C) despesa de capital; elemento de despesa;
- (D) função; grupo de natureza da despesa;
- (E) despesa corrente; programa.

**52**

Ao final do primeiro bimestre de um determinado exercício financeiro, um servidor de um ente público estava fazendo a conferência de informações relativas à execução orçamentária para publicação no portal da transparência do ente. O servidor detectou uma inconsistência na apuração das receitas primárias, feita manualmente em decorrência de uma pane no sistema. A inconsistência detectada pelo servidor refere-se à classificação equivocada do identificador de resultado primário, que gerou uma receita primária a maior.

Um item que pode ter chamado a atenção do servidor se refere a receitas de:

- (A) doações;
- (B) dividendos;
- (C) alienação de bens;
- (D) aplicações financeiras;
- (E) compensações financeiras.

**53**

Em decorrência de instabilidades no cenário econômico refletidas em indicadores macroeconômicos em um dado período, foi registrado aumento nos custos de produtos e serviços, e consequente aumento nos preços ao consumidor. Por sua relevância como serviço de utilidade pública e por seu impacto no custo do setor produtivo, o governo propôs a concessão de um benefício aos consumidores de energia elétrica, de até determinada faixa de renda para reduzir o impacto da alta da tarifa.

A aprovação de tal benefício está condicionada, entre outros fatores, às normas para concessão de:

- (A) anistia;
- (B) compensação;
- (C) isenção;
- (D) incentivo;
- (E) subsídio.

**54**

Um órgão da administração pública recebeu uma solicitação de acesso à informação por parte de uma entidade da sociedade civil. O pedido de informação referia-se ao detalhamento da execução de contratos de prestação de serviços de consultoria para o órgão. O pedido especificou que a informação deveria ser não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino.

Tal especificação refere-se a uma característica prevista na Lei de Acesso à Informação, que é a:

- (A) adequação;
- (B) autenticidade;
- (C) fidedignidade;
- (D) integridade;
- (E) primariedade.

**55**

O Modelo de Três Linhas se propõe a ser mais eficaz, uma vez que foi adaptado para se alinhar aos objetivos e circunstâncias da organização. De acordo com o modelo, o corpo administrativo, a gestão e a auditoria interna têm responsabilidades distintas, mas todas as atividades precisam estar alinhadas com os objetivos da organização.

Nesse contexto, um papel relacionado à terceira linha refere-se a:

- (A) alinhamento dos objetivos organizacionais com os interesses priorizados pelos stakeholders;
- (B) avaliação independente e objetiva quanto ao atingimento dos objetivos;
- (C) definição de regulamentos e comportamento ético aceitável;
- (D) fornecimento de assistência no gerenciamento de riscos corporativos;
- (E) garantia de conformidade com as expectativas legais, regulatórias e éticas.

**56**

As características das organizações e dos indivíduos que executam auditoria interna são tratadas nas normas internacionais para o exercício profissional da auditoria interna.

De acordo com essas normas, a natureza de avaliações (assurances) fornecidas para partes externas à organização deve ser definida:

- (A) na matriz de planejamento;
- (B) no estatuto da auditoria interna;
- (C) nos papéis de trabalho de auditoria;
- (D) pelo corpo de auditores a cada trabalho;
- (E) pelo regimento da organização.

**57**

A gestão de equipes de auditoria e habilidades é considerada um dos Princípios Fundamentais de Auditoria do Setor Público (NBASP 100).

Na aplicação desse princípio, ao formar uma equipe de auditoria, o requisito que NÃO é previsto que os membros possuam coletivamente é:

- (A) entendimento das operações da entidade;
- (B) experiência para exercer julgamento profissional;
- (C) familiaridade com as normas e a legislação aplicáveis;
- (D) experiência de trabalho na organização a ser auditada;
- (E) experiência prática acerca do tipo de auditoria que está sendo realizada.

**58**

A auditoria operacional consiste no exame independente, objetivo e confiável de operações, atividades ou organizações do governo quanto ao seu funcionamento de acordo com os princípios aplicáveis.

Ao planejar um trabalho de auditoria operacional, à luz dos seus princípios fundamentais, um auditor deve considerar que:

- (A) accountability e transparência são responsabilidades da gestão e não resultam do trabalho da auditoria operacional;
- (B) o grau de alcance das metas programadas em termos de produtos relaciona-se ao princípio da eficiência;
- (C) o impacto do marco regulatório no desempenho da entidade auditada deve ser considerado, se apropriado;
- (D) o princípio da economicidade significa obter o máximo dos recursos disponíveis;
- (E) recomendações para aperfeiçoamento têm escopo restrito nos trabalhos de auditoria operacional.

**59**

No contexto da Auditoria Financeira, o auditor deve avaliar os riscos de distorção relevante no nível das demonstrações financeiras e no nível de afirmações para classes de transações, saldos de contas e divulgações, para fornecer uma base para procedimentos adicionais de auditoria.

São procedimentos recomendados para essa avaliação pela NBASP 200 (ISSAI 200):

- (A) circularização e conferência de cálculos;
- (B) confirmação externa e indagação;
- (C) inspeção e conciliação;
- (D) observação e inspeção;
- (E) reexecução e circularização.

**60**

Nos termos da Instrução Normativa TCU nº 84, de 22 de abril de 2020, as prestações de contas:

- (A) devem ser apresentadas exclusivamente por administradores públicos;
- (B) estão restritas a análises de natureza financeira e patrimonial para avaliação dos atos de gestão;
- (C) incluem análises quantitativas e qualitativas dos resultados da gestão orçamentária;
- (D) incluem apuração da ocorrência de indícios de irregularidades materialmente relevantes por parte do TCU;
- (E) objetivam apurar fatos e promover a responsabilização dos integrantes do rol de responsáveis ou do agente público.

## DISCURSIVAS

**1**

No contexto da convergência da contabilidade aplicada ao setor público no Brasil às normas internacionais, foi aprovada a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público. Entre outras disposições, o texto da Estrutura Conceitual define características que a informação contábil deve apresentar para que seja útil.

A partir disso, elabore um texto que:

- a) identifique e explique as características qualitativas da informação contábil que devem ser contempladas no Relatório Contábil de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPG);
- b) exemplifique uma restrição ou um possível conflito que pode surgir na adoção integral das características qualitativas da informação contábil útil.

Valor: 15 pontos

Máximo de 15 linhas.

**2**

Os trabalhos de auditoria podem ter focos distintos. No âmbito das entidades do setor público, a auditoria de conformidade tem como objetivo avaliar se atividades, transações financeiras e informações cumprem, em todos os aspectos relevantes, as normas que regem a entidade auditada. Para isso, a NBASP/ISSAI 4000 apresenta os requisitos mandatórios para a realização de trabalhos de auditoria de conformidade.

Considerando o contexto dos trabalhos de auditoria com esse foco, elabore um texto pontuando os seguintes elementos:

- a) definição de cada uma das três partes distintas em uma auditoria de conformidade;
- b) efeito do fornecimento de asseguarção razoável e de asseguarção limitada em um trabalho de auditoria de conformidade;
- c) uma característica do trabalho de relatório direto e do trabalho de certificação em auditorias de conformidade.

Valor: 15 pontos

Máximo de 15 linhas.

RASCUNHO

Realização

